

PODER JUDICIARIO
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
1ª TURMA RECURSAL: RELATOR-3

Expediente do dia 13 de Julho de 2017

Atos do(a) : RUI COSTA GONÇALVES
Exmo(a)

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0006159-51.2015.4.01.3400
201534000018110

Recurso Inominado

Recte : JOSE LOPES DE OLIVEIRA
Adv. : DF00044382 - ROBSON FERRAZ GONÇALVES
Adv. : DF00022393 - WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0037438-55.2015.4.01.3400
201534000168830

Recurso Inominado

Recte : MARIA DE LOURDES KRUCHAK
Adv. : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0005190-02.2016.4.01.3400
201634000334400

Recurso Inominado

Recte : JOSE LOPES DE MELO
Adv. : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0027736-51.2016.4.01.3400
201634000424529

Recurso Inominado

Recte : FRANCISCO OSWALDO COSTA
Adv. : SP00192291 - PERISSON LOPES DE ANDRADE
Adv. : SP00286907 - VICTOR RODRIGUES SETTANNI
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0030361-58.2016.4.01.3400
201634000444236

Recurso Inominado

Recte : JOSE WILLIAMS TIMBO HOLANDA
Adv. : DF00022393 - WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0061287-22.2016.4.01.3400
201634000607863

Recurso Inominado

Recte : VALDECI LINS DE ALBUQUERQUE
Adv. : DF00027211 - MONICA OLIVEIRA DE LACERDA ABREU
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0062705-92.2016.4.01.3400
201634000612046

Recurso Inominado

Recte : ANTONIO DE PADUA MENDES VIEIRA
Adv. : DF00027211 - MONICA OLIVEIRA DE LACERDA ABREU
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0063607-45.2016.4.01.3400
201634000617905

Recurso Inominado

Recte : CLAUDIA FARIAS BARBOSA
Adv. : DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0063785-91.2016.4.01.3400
201634000619693

Recurso Inominado

Recte : RAMIRO DIEGUES ALVARES JUNIOR
Adv. : SP00251190 - MURILO GURJAO SILVEIRA AITH
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0063806-67.2016.4.01.3400
201634000619899

Recurso Inominado

Recte : FRANCISCO ALEXANDRE FRANZO
Adv. : SP00192291 - PERISSON LOPES DE ANDRADE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0005820-24.2017.4.01.3400
201734000689316

Recurso Inominado

Recte : MARIA REGINA FUNICELLO BEZERRA DE MELO
Adv. : SP00286907 - VICTOR RODRIGUES SETTANNI
Adv. : SP00382562 - JACIALDO MENESES DE ARAUJO SILVA
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Os embargos de declaração, previstos no art. 48 da Lei nº 9.099/95, têm por fito esclarecer ou integrar decisão judicial, notadamente sentenças e acórdãos, que contenham alguma obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Não se prestam, porém, para a rediscussão da causa, ou para que o embargante reitere argumentos já apreciados, ou mesmo para que, em caráter inovador, traga novas teses à discussão.

Analisando os autos, constato haver, de fato, omissão na decisão retro proferida, haja vista que não se manifestou sobre a impugnação da gratuidade judiciária, suscitada pela autarquia previdenciária nas contrarrazões do recurso inominado interposto pela parte autora.

No entanto, no caso em tela, constato que a impugnação da autarquia previdenciária é genérica, não tendo o INSS provado que a parte autora não faria jus à gratuidade judiciária. Dessa forma, entendo que não merece acolhimento a alegação do INSS no que tange a esse ponto.

O fato de a parte autora possuir duas fontes de renda por si só não significa que não faça jus à Gratuidade Judiciária, conforme sustenta o INSS.

Assim, conheço dos embargos de declaração opostos pelo INSS, para ACOLHÊ-LOS, suprimindo omissão constante da decisão retro proferida, para indeferir o pedido do INSS de revogação da Gratuidade Judiciária deferida nos autos.

Incabível a condenação em honorários advocatícios e custas processuais (interpretação do art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

0056887-67.2013.4.01.3400
201334000159540

Recurso Inominado

Recte : JOSUE GONCALVES DA SILVA
Adv. : DF0001672A - SOLANGE MARIA DE CARVALHO
CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0056908-43.2013.4.01.3400
201334000159793

Recurso Inominado

Recte : JOSE MARIA MARTINS
Adv. : DF0001672A - SOLANGE MARIA DE CARVALHO
CAVALCANTE
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO/SOBRESTAMENTO

Cuida-se de Recurso Inominado interposto pela parte autora contra sentença de primeiro grau, no bojo do qual foi julgado improcedente seu pedido visando a excluir, do cálculo de sua Aposentadoria, do chamado Fator Previdenciário, sob o fundamento de que se encontrava nas regras de transição da EC 20/1998.

Sustenta que sua situação não se enquadra no julgado nos autos da ADI-MC n. 2.111/DF, rel. Min. Sydney Sanches, que deu como constitucional o art. 3º da Lei n. 9.876/1999, vez que não trata dos segurados que se encontram na situação acima explicitada.

É o relatório.

O tema abordado nos presentes autos teve Repercussão Geral reconhecida no RE n. 639.856/RS, rel. Min. Gilmar Mendes, pendente de julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Em casos similares, aquela Corte Suprema tem declarado nulos os acórdãos

proferidos por Tribunais, determinando o retorno dos autos, para que seja dado cumprimento ao art. 543-B, do Código de Processo Civil anterior (RE-AgR-ED 635360, rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, j. 17.12.2013; ARE-AgR-Ed-ED 689707, rel. Min. Carmen Lúcia, 2ª Turma, j. 29.10.2013).

Assim, determino o sobrestamento do presente recurso, situação que deve perdurar até que o Supremo Tribunal Federal conclua o julgamento no RE 639.856/RS - Repercussão Geral.

Publique-se. Intimem-se.

0013557-49.2015.4.01.3400

201534000060693

Recurso Inominado

Recdo : JOAO LOPES DE FREITAS
Adv. : DF00041954 - MARCELA CARVALHO BOCAYUVA
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

0023457-56.2015.4.01.3400

201534000097534

Recurso Inominado

Recdo : ARY D AJUZ
Adv. : DF00024298 - LEANDRO MADUREIRA SILVA
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Os embargos de declaração, previstos no art. 48 da Lei nº 9.099/95, têm por fito esclarecer ou integrar decisão judicial, notadamente sentenças e acórdãos, que contenham alguma obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Não se prestam, porém, para a rediscussão da causa, ou para que o embargante reitere argumentos já apreciados, ou mesmo para que, em caráter inovador, traga novas teses à discussão.

Analisando os autos, constato não estar configurada qualquer das hipóteses que autorizam a oposição dos Embargos de Declaração, conforme alega a Embargante.

(...)

Assim, conheço dos embargos de declaração opostos pelo INSS, mas para lhes negar provimento, mantendo na íntegra a decisão proferida.

Publique-se. Intimem-se.

0060130-63.2006.4.01.3400

200634009175399

Recurso Inominado

Recte : MARIA DAS GRACAS GOMES NOGUEIRA
Adv. : DF00011997 - JOSILMA BATISTA SARAIVA
Recdo : UNIAO FEDERAL
Adv. : DF00007779 - DANUSIA LUCINDA FARAGE DE GOUVEIA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de Incidente de Uniformização Jurisprudencial devolvido pela Turma Regional de Uniformização, contendo determinação de sua permanência no âmbito desta Turma Recursal até manifestação do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria explicitada nos presentes autos, no RE 565089-8/SP.

Esta Turma Recursal, em sessão de 21.02.2008, negou provimento ao recurso interposto pela parte autora, dando como improcedente pedido visando ao pagamento de indenização decorrente da mora do Poder Executivo quanto ao cumprimento do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Dessa decisão foi interposto o Incidente acima anunciado.

É o relatório.

Examinando, no sítio virtual mantido pelo Supremo Tribunal Federal, o andamento processual do RE 565089-8/SP, rel. Min. Marco Aurélio, verifico que não houve, ainda julgamento do mérito do pedido articulado no recurso em relevo.

Ante o exposto, dê-se cumprimento à decisão proferida pela Presidência da TRU-1ª Região, mantendo-se sobrestado o presente feito.

Partes já intimadas, mediante publicação oficial, da referida decisão.

0056110-24.2009.4.01.3400

200934009169886

Recurso Inominado

Recdo : JOSE PORTO DA COSTA
Adv. : DF00027766 - PEDRO ALVES MOREIRA
Recte : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO MONOCRÁTICA

Analisando os autos, constato que a parte Autora interpôs recurso inominado do despacho exarado em outubro de 2013, quando, na verdade, o recurso previsto em Lei e cabível neste caso seria o Agravo de Instrumento, uma vez que o referido despacho tem natureza de decisão interlocutória em fase de cumprimento da sentença.

Portanto, tendo em vista a configuração de erro flagrante e inescusável, sobretudo porque nestes autos já houve, inclusive, julgamento de Recurso Inominado, devidamente interposto contra sentença de mérito, circunstância que impossibilita a aplicação do Princípio da Fungibilidade no caso em questão, não conheço do recurso inominado interposto.

Publique-se. Intimem-se.

0063747-16.2015.4.01.3400

201534000269581

Recurso Inominado

Recdo : JOSE GUILHERME HERANI ALVES
Adv. : DF00022113 - LIGIA LUCIBEL FRANZIO DE SOUZA
Adv. : DF00028818 - ARISTELLA INGLEZDOLFE DE MELLO CASTRO
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

Vistos etc.

O presente feito foi extinto sem exame do mérito com base no art. 485, inciso III, do NCPC.

Apresentados embargos de declaração pela parte autora, o recurso foi rejeito, sendo, entretanto, determinado o chamamento da parte ré para apresentar contestação.

Apresentada a contestação, foram os autos remetidos a esta Turma Recursal.

Ocorre que qualquer das partes apresentou recurso dirigido a este Colegiado, seja da decisão extintiva, seja daquela em que os embargos de declaração foram rejeitados.

Assim, retornem os autos à Vara Federal de origem.

Publique-se. Intime-se;

0000457-66.2011.4.01.3400

201134009166096

Recurso Inominado

Recdo : CREUZA NISTER PESSOA TEIXEIRA
Recte : FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Analisando os autos, constato que a parte autora foi intimada do acórdão por meio da publicação em 30/04/2015, no entanto opôs os Embargos de Declaração somente em 12/05/2015, quando o último dia do prazo foi o dia 05/05/2015.

Dessa forma, NEGOU SEGUIMENTO aos embargos de declaração opostos pela parte autora, em face da sua intempestividade, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.099/1995, o qual prevê o prazo de 5 dias para a interposição de embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

0024022-59.2011.4.01.3400

201134009216430

Recurso Inominado

Recdo : UILSON DA COSTA MELO
Adv. : SC00015426 - SAYLES RODRIGO SCHUTZ
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Analisando os autos, constato que a parte autora foi intimada do acórdão em 27/02/2015, conforme certidão de publicação registrada em 03/03/2015, tendo, pois, o seu prazo recursal para fins de oposição de Embargos de Declaração se iniciado em 02/03/2015 e findado em 06/03/2015. Ocorre que a parte autora opôs Embargos de Declaração em 17/03/2015. Dessa forma, não conheço dos Embargos de Declaração opostos, em face da sua intempestividade, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.099/1995, c/c art. 1º da Lei nº 10.259/01, o qual prevê o prazo de 05 dias para a oposição de Embargos de Declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Transitada em julgado a presente decisão, baixem-se os autos ao Juízo de origem para o arquivamento dos autos.

0033714-48.2012.4.01.3400

201234009417166

Recurso Inominado

Recdo : HITLER NANTES DOS SANTOS
Adv. : DF00030877 - FERNANDO ZAGO LOES MOREIRA
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Analizando os autos, constato que o INSS foi intimado do acórdão em 09/04/2015, conforme certidão do e-cint registrada em 09/04/2015, tendo, pois, o seu prazo recursal para fins de oposição de Embargos de Declaração se iniciado em 21/04/2015 e findado em 26/04/2015. Ocorre que o INSS opôs Embargos de Declaração em 28/04/2015. Dessa forma, não conheço dos Embargos de Declaração opostos, em face da sua intempestividade, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.099/1995, c/c art. 1º da Lei nº 10.259/01, o qual prevê o prazo de 05 dias para a oposição de Embargos de Declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Transitada em julgado a presente decisão, baixem-se os autos ao Juízo de origem para o cumprimento do julgado.

0039988-91.2013.4.01.3400

201334000084856

Recurso Inominado

Recdo : MARLENE FERREIRA MACHADO
Adv. : DF00030525 - GILBERTO CONCEICAO DO AMARAL
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

No caso em tela, verifico que o recurso nominado interposto pelo INSS é intempestivo. Observe que a parte ré foi intimada da sentença em 24/01/2014, sendo o primeiro dia do seu prazo recursal o dia 06/02/2014, conforme certidão do e-cint, registrada em 24/01/2014, consequentemente, o último dia de prazo recursal foi o dia 17/02/2014, no entanto, o INSS somente protocolizou o recurso nominado em 07/03/2014, ou seja, fora do prazo recursal. Ademais, o INSS em cota, registrada em 25/02/2014, deu-se por ciente da sentença, informando que não havia manifestação a fazer, razão pela qual entendo que, diante disso, o INSS abriu mão da eventual interposição de recurso, havendo, pois, preclusão lógica em relação a tal fato. Dessa forma, entendo que, diante dessas circunstâncias, não é possível o conhecimento do recurso nominado interposto pelo INSS.

Publique-se. Intimem-se.

Transcorrendo o prazo recursal, sem qualquer manifestação do INSS, certifique-se o trânsito em julgado e baixem-se os autos à primeira instância para o cumprimento do julgado.

0077698-48.2013.4.01.3400

201334000233621

Recurso Inominado

Recdo : LUZIA DE CASTRO PORDEUS
Adv. : DF00039910 - LUIZ PHILIPPE GEREMIAS BENINCA
Recte : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO MONOCRÁTICA

Analizando os autos, constato que a parte Ré interpôs recurso nominado da sentença registrada em 05/05/2014, cuja anulação se deu em decorrência do provimento total dos Embargos de Declaração opostos pela parte Autora, conforme registro em 22/07/2014.

Da referida sentença em Embargos de Declaração opostos pela parte Autora, não foi interposto nenhum outro recurso nominado, conforme se pode perceber da análise dos autos.

Dessa forma, reconheço o trânsito em julgado desta sentença, registrada em 22/07/2014.

Assim, certifique a Secretaria da Vara de origem o devido trânsito em julgado da sentença, após o que os autos deverão ser baixados à primeira instância para o cumprimento do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0053703-74.2011.4.01.3400

201134009304345

Recurso Inominado

Recte : JOSE RODRIGUES DA SILVA
Adv. : DF00031444 - GABRIELA DE MORAES
Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO

Em face da petição do INSS, registrada em 15/07/2015 e, ainda, das petições dos herdeiros registradas em 30/07/2015 e 02/06/2016, verifico que houve o falecimento da parte autora.

Diante de tais circunstâncias, intime-se o advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 51, V, da Lei nº 9.099/95, junte aos autos a Certidão de Óbito da parte autora e informe, para tanto, se há ou não inventário em andamento. Caso haja inventário em andamento, junte aos autos o Termo de Inventariante, apresentando, ainda, a cópia da identidade e do CPF do Inventariante e, ainda, da Certidão de Casamento, caso a inventariante fosse casada com o autor. Junte, ainda, aos autos a cópia do CPF do herdeiro Sr. JEFERSON BISPO DE SOUZA DA SILVA, uma vez que este requereu a habilitação nos autos.

Em caso de não cumprimento das diligências requeridas no prazo estipulado, o processo será arquivado nos termos do art. 51 da Lei nº 9.099/1995.

Transcorrido o prazo, faça-se a conclusão dos autos.

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0046551-33.2015.4.01.3400

201534000213750

Recurso Inominado

Recte : IVANIZE FREITAS DE OLIVEIRA
Adv. : DF00025730 - ANDRE TADEU DE MAGALHAES
ANDRADE
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0049488-16.2015.4.01.3400

201534000221237

Recurso Inominado

Recte : JOSE ARI DOS SANTOS
Recte : GERSON ASSUNCAO DOS SANTOS
Recte : NELMA PEREIRA DA SILVA SANTOS
Recte : JOSE DO EGITO FERREIRA PORTO
Recte : ALCIDES CARDOSO DE SOUSA
Recte : FRANCISCO DAS CHAGAS ALMEIDA
Recte : GILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA
Recte : URBANO PEREIRA DOS SANTOS
Recte : RICHARD BARROS VILELA
Recte : EDIVAL DARIO VILACA
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Adv. : DF00000968 - ULISSES RIEDEL DE RESENDE
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0049597-30.2015.4.01.3400

201534000222331

Recurso Inominado

Recte : EUNICE FERREIRA FREIRE
Recte : DIOMARINA ALVES DOS SANTOS
Recte : ANA LUIZA DOS SANTOS MOURAO
Adv. : DF00021675 - ANDRESSA MIRELLA CASTRO DIAS
Recte : FLORINDA MARIA FERREIRA
Recte : JOSE SILVESTRE
Recte : ANA LUIZA DOS SANTOS MOURAO
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Recte : LAZARO ARANTES
Recte : ANA LUIZA DOS SANTOS MOURAO
Adv. : DF00041686 - FERNANDO ANTONIO MUNIZ LIMA
Recte : IOLANDA EGIDIO LOPES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0073617-85.2015.4.01.3400

201534000310305

Recurso Inominado

Recte : ANA MARIA SILVA COSTA FERREIRA
Adv. : DF00043812 - TANIA MARIA LEITE BOREM
Adv. : DF00039361 - VERA LUCIA DUTRA RIBEIRO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF0001640A - SAMIR NACIM FRANCISCO

0008147-73.2016.4.01.3400

201634000346470

Recurso Inominado

Recte : ANGELO JOSE SILVA VACCARINI
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0011530-59.2016.4.01.3400

201634000355840

Recurso Inominado

Recte : MARIA VALERIA CABRAL DA COSTA NOBREGA
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0012982-07.2016.4.01.3400

201634000365052

Recurso Inominado

Recte : EDSO MILTON BONADIO
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Adv. : RJ0208118E - MARCUS GUILHERME DE OLIVEIRA AZEVEDO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0017244-97.2016.4.01.3400

201634000385575

Recurso Inominado

Recte : CARLOS MAGNO NERY ALMEIDA
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0017559-28.2016.4.01.3400

201634000386738

Recurso Inominado

Recte : MARIA DE FATIMA MACHADO GONCALVES
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Adv. : RJ0208118E - MARCUS GUILHERME DE OLIVEIRA AZEVEDO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0046010-63.2016.4.01.3400

201634000535044

Recurso Inominado

Recte : MARIA FATIMA BEZERRA FERREIRA LIMA
Adv. : DF00037402 - WILCK BATISTA LEANDRO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0074993-72.2016.4.01.3400

201634000665050

Recurso Inominado

Recte : TEREZINHA MACHADO DE SOUZA
Adv. : DF00031773 - MARIA NEIDE DOS SANTOS MONTEIRO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00010482 - ISABELLA GOMES MACHADO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO/DECISÃO

Considerando que no RESP 1.381.683, houve determinação para a suspensão dos processos em que se discute a possibilidade de afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS, impõe-se a SUSPENSÃO do julgamento nesta instância, até que sobrevenha decisão final quanto ao objeto discutido no recurso.

Intimem-se.

PODER JUDICIÁRIO
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
3ª TURMA RECURSAL: RELATOR-3

Juiz(a) Federal : KÁTIA BALBINO DE CARVALHO FERREIRA
Diretor do Foro
Diretor(a) da : ÉRICO DE SOUZA SANTOS
Secretaria
Administrativa

Juiz(a) Titular : DR.RUI COSTA GONÇALVES

0019526-45.2015.4.01.3400

201534000084733

Recurso Inominado

Recte : JOAO BATISTA SANTANA NETO
Adv. : DF00031773 - MARIA NEIDE DOS SANTOS MONTEIRO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0042751-94.2015.4.01.3400

201534000197619

Recurso Inominado

Recte : VANDERLAN RODRIGUES DO NASCIMENTO
Recte : ALESSANDRA LOPES DA SILVA
Recte : ALEXANDRE SALES DE MOURA
Recte : SOLANGE PEREIRA DA SILVA
Recte : JOAQUIM OVERLANDS DE SOUSA BEZERRA
Recte : NEY RODRIGUES GUEDES
Adv. : DF00041686 - FERNANDO ANTONIO MUNIZ LIMA
Recdo : ALEXANDRE FREDERICO FERREIRA EVARISTO
Adv. : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00018461 - MARILIA REGUEIRA DIAS

0062537-27.2015.4.01.3400

201534000266418

Recurso Inominado

Recte : MANOEL LUIZ OLIVEIRA GOMES DE ALMEIDA
Recte : JOSE DE CASTRO LOPES
Recte : VANIA MARIA RIOS
Recte : JOSE RIBEIRO LIMA FILHO
Recte : GILVA SOUZA DE OLIVEIRA VILELA
Adv. : DF00041686 - FERNANDO ANTONIO MUNIZ LIMA
Adv. : DF00024775 - LUIZ FELIPE BUAIZ ANDRADE
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0011539-21.2016.4.01.3400

201634000355939

Recurso Inominado

Recte : HELIO NICOLAU KELLER
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0023311-78.2016.4.01.3400

201634000408003

Recurso Inominado

Recte : MARIA DE FATIMA GONCALVES DOS SANTOS
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0023313-48.2016.4.01.3400

201634000408020

Recurso Inominado

Recte : MARIA INES RUSSO SOUTO MAIOR
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0029242-62.2016.4.01.3400

201634000435833

Recurso Inominado

Recte : SERGIO AVELINO PEREIRA MARTINS
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES

0029248-69.2016.4.01.3400

201634000435895

Recurso Inominado

Recte : ROQUE GONCALVES FILHO
Adv. : RJ00190323 - EDUARDO MAURO PRATES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00030690 - ALEXANDER DA SILVA MORAES
Adv. : AL00005061 - CARLOS ANDRE CANUTO DE ARAUJO

0053326-30.2016.4.01.3400

201634000572529

Recurso Inominado

Recte : ARLETE BISPO DE OLIVEIRA E SOUZA
Adv. : DF00022388 - TERESA CRISTINA SOUSA FERNANDES
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF00020885 - WELISANGELA CARDOSO MENEZES

0061408-50.2016.4.01.3400

201634000609079

Recurso Inominado

Recte : ANTONIO MELO DE OLIVEIRA
Adv. : DF00019283 - ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA
Adv. : DF00046183 - LUIS PEREIRA LIMA FILHO
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0005488-57.2017.4.01.3400

201734000686043

Recurso Inominado

Recte : LUCIMAR MACHADO BEIER
Adv. : DF00026547 - ROBERTO ARRUDA DA TRINDADE
Recdo : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : DF0001640A - SAMIR NACIM FRANCISCO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO

Considerando que no RESP 1.381.683, houve determinação para a suspensão dos processos em que se discute a possibilidade de afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS, impõe-se a SUSPENSÃO do julgamento nesta instância, até que sobrevenha decisão final quanto ao objeto discutido no recurso.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0066421-64.2015.4.01.3400

201534000283284

Recurso Inominado

Recdo/recte : MARCOS TADEU DE SIQUEIRA
Adv. : DF00037925 - CRISTINA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Adv. : DF00013455 - CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES
Recte/recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora, em face da decisão retro proferida.

Os embargos de declaração, previstos no art. 48 da Lei nº 9.099/95, têm por fito esclarecer ou integrar decisão judicial, notadamente sentenças e acórdãos, que contenham alguma obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Não se prestam, porém, para a rediscussão da causa, ou para que o embargante reitere argumentos já apreciados, ou mesmo para que, em caráter inovador, traga novas teses à discussão.

Analisando os autos, constato não estar configurada qualquer das hipóteses que autorizam a oposição dos Embargos de Declaração, conforme alega a Embargante.

Verifica-se que a embargante, na verdade, não se conformou com a decisão proferida, pretendendo rediscutir o julgado, o que não é permitido em sede de embargos de declaração.

O julgado embargado indicou fundamentos suficientes para a compreensão das razões de decidir, sendo desnecessária a expressa menção aos dispositivos legais e constitucionais para se configurar o prequestionamento, eis que "para se atender ao requisito do prequestionamento, irrelevante a referência explícita ou expressa ao dispositivo de lei tido por violado, por isso que suficiente a discussão e apreciação da matéria" (TRF1 6ª Turma, EDAG 2006.01.00.006614-3/PI, Rel. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, e-DJF1 de 15.12.2008).

Por oportuno, registre-se que, remanescendo o interesse recursal, pode a parte interpor o Recurso Extraordinário, posto que a oposição de embargos de declaração satisfaz a exigência estabelecida pelo enunciado nº 356 da Súmula do STF ainda que a omissão, a contradição e/ou a obscuridade não venha(m) a ser suprida(s) pelo Tribunal a quo. Nesse sentido: (AI 553928 ED, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 15/12/2009, DJ-e 035, Divulgado no dia 25/02/2010 e Publicado no dia 26/02/2010).

Assim, conheço dos embargos de declaração opostos pela parte autora, mas para REJEITÁ-LOS, mantendo na íntegra a decisão retro.

Publique-se. Intimem-se.

0067797-85.2015.4.01.3400

201534000288177

Recurso Inominado

Recte	:	DUILIO JOSE DE SOUZA
Adv.	:	DF00017998 - FRANCISCO DAMASCENO FERREIRA NETO
Recdo	:	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE

0023309-11.2016.4.01.3400

201634000407985

Recurso Inominado

Recdo	:	HENRIQUE GONCALVES CARDOSO
Adv.	:	DF00028967 - NARA TERUMI NISHIZAWA
Adv.	:	DF00025090 - HUGO MENDES PLUTARCO
Recte	:	UNIAO FEDERAL

0053254-43.2016.4.01.3400

201634000571808

Recurso Inominado

Recte	:	TEREZINHA LOPES DA SILVA
Adv.	:	DF0001666A - JEOVAM LEMOS CAVALCANTE
Recdo	:	UNIAO FEDERAL

0054026-06.2016.4.01.3400

201634000574567

Recurso Inominado

Recte	:	FRANCISCA MOREIRA MOTA
Adv.	:	DF0001666A - JEOVAM LEMOS CAVALCANTE
Recdo	:	UNIAO FEDERAL

0054420-13.2016.4.01.3400

201634000578520

Recurso Inominado

Recdo	:	RENATO DE AMORIM GUEDES
Adv.	:	DF00018841 - LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
Recte	:	INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO-IFPE

0067222-43.2016.4.01.3400

201634000632288

Recurso Inominado

Recdo	:	UBIRAJARA NOGUEIRA DE AZEVEDO
Adv.	:	DF0048085S - WELLINGTON BAESSO DE LIMA
Recte	:	UNIAO FEDERAL

0075850-21.2016.4.01.3400
201634000668384

Recurso Inominado

Recte : MARIA CELIA CANDIDO DA SILVA
Adv. : DF00026621 - ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
Recdo : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R\$ 59,87). REAJUSTE POSTULADO DE 13,23%. LEI Nº 10.698/2003. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU (PEDILEF N. 0512117-46.2014 - REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, J. 16.06.2016). NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL AFASTADA. INEXISTENTE O DIREITO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%. DECISÃO DA 2ª TURMA DO STF NA RECLAMAÇÃO Nº 14.872 CONTENDO IDÊNTICA CONCLUSÃO. SENTENÇA RECORRIDA NA MESMA LINHA DA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA PELA TNU. SENTENÇA CONFIRMADA.

Cuida-se de recurso interposto contra Sentença de Primeiro Grau de improcedência do pedido autoral visando à incorporação em seus vencimentos o reajuste de 13,23% alegadamente devido a todos os servidores públicos.

Argumenta a parte recorrente que, com a edição das Leis n. 10.967 e 10.698, ambas de 02.07.2003, foi gerado o direito a um reajuste de 13,23% para os servidores, não reconhecidos pela Administração, em flagrante violação ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

(...)

Diante do exposto, com fundamento no artigo supramencionado, nego seguimento ao recurso interposto pela parte autora e mantenho a sentença.

A parte autora, recorrente vencido, pagará honorários advocatícios de 10% sobre o valor corrigido da causa, ficando a condenação suspensa enquanto perdurar o estado de carência que justificou a concessão da justiça gratuita, prescrevendo a dívida cinco anos após a sentença final, nos termos do art. 98, §3º, do novo CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Preclusas as vias impugnatórias, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos à Vara de origem.

0010545-95.2013.4.01.3400
201334009537201

Recurso Inominado

Recdo : PAULO ALVES DA SILVA
Adv. : MG00118436 - CARLOS BERKENBROCK
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Analisando os autos, constato que a parte autora foi intimada do acórdão em 16/09/2016, conforme publicação no Diário Oficial, tendo o seu prazo recursal se iniciado em 19/09/2016 e findado em 23/09/2016. Ocorre que a parte autora opôs Embargos de Declaração em 30/09/2016, ou seja, de forma intempestiva. Dessa forma, não conheço dos Embargos de Declaração opostos pela parte autora, em face da sua intempestividade, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.099/1995, c/c art. 1º da Lei nº 10.259/01, o qual prevê o prazo de 05 dias para a oposição de Embargos de Declaração.

Publique-se. Intimem-se.

0042991-83.2015.4.01.3400
201534000199523

Recurso Inominado

Recdo : JOSE WESLEY
Adv. : MG00095595 - FERNANDO GONCALVES DIAS
Adv. : MG00118190 - HUGO GONCALVES DIAS
Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela parte ré (INSS), para fins de prequestionamento, em face de decisão monocrática deste Relator que, nos termos do art. 55, XXIII do Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, aprovado pela Resolução Presi 17 de 19/09/2014, deu provimento ao Recurso Inominado interposto pelo INSS, julgando improcedente o pedido inicial, consistente em requerimento de desaposentação e, conseqüentemente, revogou a tutela antecipada deferida em primeira instância, determinando que eventuais

valores recebidos pela parte autora em razão da tutela antecipada deferida em primeira instância não deverão ser devolvidos por esta em razão do seu caráter alimentar.

(...)

Por oportuno, registre-se que, remanescendo o interesse recursal, pode a parte interpor o Recurso Extraordinário, posto que a oposição de embargos de declaração satisfaz a exigência estabelecida pelo enunciado nº 356 da Súmula do STF ainda que a omissão, a contradição e/ou a obscuridade não venha(m) a ser suprida(s) pelo Tribunal a quo. Nesse sentido: (AI 553928 ED, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 15/12/2009, DJ-e 035, Divulgado no dia 25/02/2010 e Publicado no dia 26/02/2010).

Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração do INSS, mas para REJEITÁ-LOS.

Incabível a condenação em honorários advocatícios e custas processuais (interpretação do art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Sem custas processuais.

0064424-12.2016.4.01.3400

201634000621076

Recurso Inominado

Recte : GETULIO HIDEYASU MARUNO

Adv. : SP00192291 - PERISSON LOPES DE ANDRADE

Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Os embargos de declaração, previstos no art. 48 da Lei nº 9.099/95, têm por fito esclarecer ou integrar decisão judicial, notadamente sentenças e acórdãos, que contenham alguma obscuridade, contradição, omissão ou dúvida. Não se prestam, porém, para a rediscussão da causa, ou para que o embargante reitere argumentos já apreciados, ou mesmo para que, em caráter inovador, traga novas teses à discussão.

Analisando os autos, constato haver, de fato, omissão na decisão retro proferida, haja vista que não se manifestou sobre a impugnação da gratuidade judiciária, suscitada pela autarquia previdenciária nas contrarrazões do recurso inominado interposto pela parte autora.

No entanto, no caso em tela, constato que a impugnação da autarquia previdenciária é genérica, não tendo o INSS provado que a parte autora não faria jus à gratuidade judiciária. Dessa forma, entendo que não merece acolhimento a alegação do INSS no que tange a esse ponto.

O fato de a parte autora possuir duas fontes de renda por si só não significa que não faça jus à Gratuidade Judiciária, conforme sustenta o INSS.

Assim, conheço dos embargos de declaração opostos pelo INSS, para ACOLHÊ-LOS, suprimindo omissão constante da decisão retro proferida, para indeferir o pedido do INSS de revogação da Gratuidade Judiciária deferida nos autos.

Incabível a condenação em honorários advocatícios e custas processuais (interpretação do art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0000098-37.2017.4.01.9340

201734000750960

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : JESSICA TORRES TEIXEIRA

Adv. : DF00026621 - ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

Recte : UNIAO FEDERAL

0000221-35.2017.4.01.9340

201734000782103

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : PLANALTO TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - ME

Adv. : DF00025691 - PRISCILA DAMASIO SIMOES
CASAGRANDE

Recte : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
- ANTT

0000239-56.2017.4.01.9340

201734000789274

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : JOAO PAULO SILVA PEREIRA

Adv. : DF00043355 - HERIVELTON RADEL

Recte : UNIAO FEDERAL

0000254-25.2017.4.01.9340

201734000793555

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recdo : CLEIDE REGINA SILVA

Adv. : DF00016858 - NILTON LAFUENTE

Recte : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DESPACHO

Intime-se a parte agravada para, caso queira, responder ao agravo (artigo 1019, V, do Novo Código de Processo Civil).

Intime-se. Publique-se.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

0000253-40.2017.4.01.9340

201734000792642

Recurso De Medida Cautelar Cível

Recte : HUDSON EMANUEL DE OLIVEIRA FERREIRA
CARDOSO

Recdo : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou:

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela parte autora, com pedido de tutela antecipada, em face de decisão do Juízo da 26ª Vara desta Seção Judiciária que fixou como data do início do cálculo do crédito da parte autora a data do último requerimento administrativo, ou seja, o dia 29/07/2014.

É o sucinto relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência de natureza antecipada está prevista no Novo Código de Processo Civil, no art. 300, senão vejamos:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Analisando os autos, reputo não haver razão para a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada.

É que, prima facie, reputo irrepreensível a decisão proferida pelo juízo a quo. Isto porque se verifica que a parte autora ante o primeiro indeferimento administrativo conformou-se com a referida decisão, tanto que não a impugnou judicialmente. Somente após o segundo indeferimento administrativo é que a parte autora resolveu propor ação judicial para impugná-la. Logo, a princípio, não há reparos a fazer em relação à decisão judicial ora impugnada. Assim, entendo que não estão presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada requerido pela Agravante.

Ao agravado, para contrarrazões, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Publique-se. Intimem-se.